

VERIFICAÇÃO SUPLEMENTAR – 2022.2

Quadro Definitivo de Respostas

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1) (IDECAN - 2021 - Prefeitura de Campina Grande - PB - Fiscal de Tributos Municipais – ADAPTADA) Analise as afirmativas abaixo sobre isenção e imunidade tributárias:

I. Por conta da chamada imunidade recíproca, um Estado não pode instituir imposto sobre o patrimônio do Município.

II. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

III. A isenção não se aplica exclusivamente à cobrança de impostos, podendo abranger, se assim a lei determinar, as taxas e contribuições de melhoria.

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

2) (FGV - 2010 - SEFAZ-RJ - Fiscal de Rendas) As alternativas a seguir apresentam atribuições da lei complementar tributária, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- b) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- c) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.

- d) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.
- e) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

3) (FGV - 2012 - OAB - Exame de Ordem Unificado - VII - Primeira Fase – ADAPTADA) No que se refere aos empréstimos compulsórios, NÃO é correto afirmar que

- a) são restituíveis.
- b) devem respeitar o princípio da anterioridade quando instituídos no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- c) a competência para sua instituição é exclusiva da União Federal.
- d) podem ser instituídos em caso de guerra externa ou sua iminência e, neste caso, não respeitam o princípio da anterioridade.
- e) podem ser instituídos por medida provisória, desde que haja relevância e urgência.

4) (Prefeitura de Tijucas - SC - 2021 - Advogado - ADAPTADA) Assinale a alternativa correta acerca da competência tributária.

- a) Os municípios possuem competência privativa para instituir taxas, contribuições de melhorias e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- b) Desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de outros tributos, os municípios poderão instituir imposto residual.
- c) Por meio de lei complementar, a competência tributária ativa poderá ser delegada para outra pessoa jurídica de direito público.
- d) O não exercício da competência tributária não extingue o direito de exercê-la a qualquer tempo pelo ente político tributante.
- e) Considerando se tratar de uma mera faculdade, o não exercício da competência tributária pelo ente político não o coloca em situação de irresponsabilidade fiscal.

5) (CESPE/CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - Procurador do Estado - ADAPTADA) Um dos princípios basilares do direito tributário estabelece que o Estado deve tributar as pessoas de acordo com as suas capacidades econômicas, de modo que os mais ricos contribuam mais em relação aos mais pobres, de forma progressiva. Trata-se do princípio

- a) do não confisco.
- b) da capacidade contributiva.
- c) da igualdade tributária.
- d) da proporcionalidade.

e) da praticabilidade da tributação.

6) (CESPE - 2010 - TRE-MT - Analista Judiciário) O tributo que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte é denominado

- a) taxa de publicidade.
- b) taxa de iluminação pública.
- c) contribuição de melhoria.
- d) imposto.
- e) preço público.

7) (FGV - 2011 - SEFAZ/RJ - ADAPTADA) Considere a seguinte situação hipotética: lei federal fixou alíquotas aplicáveis ao IPI e estabeleceu que a alíquota relativa aos carros produzidos no Estado de Sergipe é de 12%, e a dos produzidos nos demais Estados da região Nordeste é de 18%. Tal enunciado normativo viola o princípio constitucional

- a) da uniformidade geográfica da tributação.
- b) da capacidade contributiva.
- c) da liberdade de tráfego.
- d) da imunidade recíproca.
- e) do não confisco.

8) (ESAF - 2010 - MP-GO - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - ADAPTADA) Em relação ao Sistema Tributário estabelecido na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) As empresas públicas federais prestadoras de serviços públicos em regime de monopólio são alcançadas pela imunidade de imposto sobre seu patrimônio.
- b) A imunidade tributária sobre os livros se aplica também aos livros eletrônicos, kindles e tablets multiuso em geral.
- c) Segundo a jurisprudência recente do STF, os imóveis da União são imunes de IPTU ainda que concedidos onerosamente à empresa que os explora economicamente.
- d) Tratados internacionais celebrados pelo Chefe do Poder Executivo da União não podem conceder isenção de tributos de competência dos estados e dos municípios.
- e) A jurisprudência do STF entende imune do IPTU as lojas maçônicas por se equipararem aos templos.

9) (CESPE - 2010 - PROMOTOR DE JUSTIÇA - MPE-SE) Considere que um estado tenha instituído imposto sobre o consumo de água tratada, por meio de lei complementar estadual; um município do mesmo estado tenha instituído contribuição para o custeio de iluminação pública, por meio de lei ordinária; e a União tenha instituído, por meio de lei complementar, imposto sobre grandes fortunas. Nessa situação, agiu(ram) em conformidade com a CF somente

- a) o município.

- b) o estado.
- c) a União.
- d) a União e o município.
- e) o estado e o município.

10) (VUNESP - 2011 - ADVOGADO DA CODE/SP) A descrição hipotética e abstrata de um fato, para o direito tributário, é conceito de

- a) fato gerador.
- b) hipótese de incidência.
- c) obrigação tributária.
- d) tributo.
- e) capacidade tributária

11) (FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXIV - Primeira Fase – ADAPTADA) Pequenos produtores rurais do interior do Estado Alfa vendem sua produção de leite para uma indústria de laticínios localizada no Município Beta, no mesmo Estado. Por determinação em lei do Estado Alfa, fica atribuída a tal indústria a responsabilidade tributária pelo pagamento do ICMS vinculado ao fato gerador da etapa de circulação da mercadoria dos pequenos produtores rurais para a indústria (excluindo-se a responsabilidade dos contribuintes produtores rurais).

- a) A indústria é substituta tributária no âmbito de uma substituição tributária regressiva (substituição “para trás”).
- b) A indústria é substituta tributária no âmbito de uma substituição tributária progressiva (substituição “para frente”).
- c) A indústria realiza um fato gerador presumido.
- d) A indústria realiza um fato gerador fictício.
- e) Os pequenos produtores rurais gozam de imunidade tributária referente ao ICMS.

12) (CESPE - 2017 - PGE-SE - Procurador do Estado - Adaptada) Uma certidão positiva com efeitos de negativa consiste em

- a) documento administrativo que indica a existência de créditos inexigíveis ou que já estão garantidos.
- b) certidão judicial que indica a existência de créditos exigíveis e não garantidos, apesar de não servir para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo.
- c) certidão judicial usada para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo, ainda que indique a existência de créditos vencidos e exigíveis.
- d) documento administrativo utilizado para a comprovação da quitação de determinado tributo.
- e) certidão administrativa ou judicial que serve para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo e que certifica a existência de créditos exigíveis e não adimplidos, mesmo sem garantia.

13) (FCC - 2012 - ARCE - Procurador Autárquico da ARCE - ADAPTADA) Sobre os tratados internacionais em matéria tributária, é correto afirmar:

- a) Serão equivalentes às emendas constitucionais, quando incorporados ao direito interno.
- b) As isenções de tributos incidentes sobre a importação, veiculadas por tratado internacional, dependerão de aprovação de todos os Estados da Federação, por meio de CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária).
- c) As isenções de tributos internos, originadas de tratados internacionais, subscritas pelo Presidente da República, na condição de chefe de governo, apenas podem ser veiculadas na ordem interna por meio de lei complementar.
- d) De acordo com a jurisprudência do STF, os tratados internacionais podem conceder isenções de tributos estaduais e municipais.
- e) Conforme prescrito pelo CTN, em qualquer caso os tratados em matéria tributária são hierarquicamente inferiores à lei ordinária.

14) (IESES - 2018 - TJ-AM - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provedor) Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao previsto no Código Tributário Nacional:

- a) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- b) A isenção é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- c) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
- d) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- e) São modalidades de extinção do crédito tributário o pagamento, a decadência, a conversão do depósito em renda e a compensação.

15) Em tema de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar:

- a) A anistia abrange as infrações cometidas antes ou depois da vigência da lei que a concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.
- b) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
- c) A anistia somente pode ser concedida em caráter geral e ilimitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, porém com prazo certo e determinado.
- d) A isenção não pode, em qualquer caso, ser restrita a determinada região do território da

entidade tributante, sob pena de violação do princípio da igualdade tributária.

- e) A exclusão do crédito tributário dispensa ilimitadamente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

16) (FGV - 2021 - SEFAZ-ES - Auditor Fiscal da Receita Estadual) Lei ordinária do Estado X prevê a quitação de débitos tributários estaduais por meio de dação em pagamento de bens imóveis, após prévia avaliação e aceitação pela Secretaria Estadual de Fazenda. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei estadual ordinária poderia instituir esta nova modalidade de pagamento de tributos.
- b) A dação em pagamento por meio de bens imóveis deveria ser instituída por lei estadual complementar.
- c) A lei estadual não poderia condicionar o pagamento por dação à prévia avaliação pela Secretaria Estadual de Fazenda.
- d) A Constituição não admite pagamento de tributo em espécie distinta de moeda (dinheiro).
- e) O Código Tributário Nacional não admite pagamento de tributo em espécie distinta de moeda (dinheiro).

17) (FURB - 2020 - Prefeitura de Massaranduba - SC – Fiscal de Tributos) A respeito dos institutos da decadência e da prescrição em matéria tributária, é correto afirmar a seguinte disposição impressa no Código Tributário Nacional – CTN:

- a) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo que tal prazo não comporta nenhuma hipótese de interrupção.
- b) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do dia em que o lançamento poderia ter sido efetuado pela Autoridade Fiscal.
- c) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- d) A decadência se interrompe com a inscrição em dívida ativa do crédito tributário correspondente.
- e) A decadência e a prescrição são causas de exclusão do crédito tributário.

18) (AMEOSC - 2022 - Prefeitura de Bandeirante - SC - Fiscal de Tributos) O Código Tributário Nacional prevê que serão solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas

expressamente designadas por Lei. Salvo previsão de Lei em contrário, são efeitos da solidariedade, EXCETO:

- a) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
- b) A remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- c) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- d) A isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- e) Podem ser solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

19) Assinale a alternativa correta, considerando-se as disposições acerca da exclusão do crédito tributário.

- a) As garantias do crédito tributário enumeradas pelo Código Tributário Nacional constituem rol taxativo.
- b) O bem de família pode ser penhorado na hipótese de débitos de IPTU.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, mesmo na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.
- e) Se o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, não pode o juiz determinar a indisponibilidade de seus bens e direitos.

20) (CESGRANRIO – 2018 – LIQUIGÁS – Auditoria - ADAPTADA) A constituição do crédito tributário, quando decorrente de ato da administração tributária, é feito mediante (a):

- a) obrigação acessória
- b) integração tributária
- c) consulta administrativa
- d) coisa julgada
- e) lançamento